

Curso Serviço de Convivência e Fortalecimento Vínculos

C U R S O S O N L I N E

NOME DO CURSO: Serviço de Convivência e Fortalecimento Vínculos

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, atuando de forma preventiva na garantia de direitos e no desenvolvimento da autonomia de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Este conteúdo aborda as diretrizes normativas, o planejamento pedagógico, a execução de oficinas socioeducativas, a intersetorialidade e a gestão da informação, oferecendo suporte teórico e prático para orientadores sociais, assistentes sociais e psicólogos. A qualificação técnica fortalece o acompanhamento familiar, previne situações de vulnerabilidade social e aprimora as métricas de impacto no território.

#SCFV #SUAS #ProteçãoSocialBásica #AssistênciaSocial
#OrientadorSocial #DesenvolvimentoComunitário #VulnerabilidadeSocial
#DireitosHumanos #TrabalhoSocial #GestãoSUAS

O QUE VOCÊ VAI APRENDER:

Compreensão aprofundada da fundamentação legal e normativa do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Diretrizes para o mapeamento territorial e a identificação de vulnerabilidades e riscos sociais específicos de cada faixa etária.

Metodologias de planejamento, execução e avaliação de oficinas socioeducativas e atividades coletivas centradas na autonomia.

Estratégias de articulação intersetorial com a rede socioassistencial, saúde, educação e órgãos de defesa de direitos.

Técnicas de monitoramento, registro de frequência, avaliação de impacto social e preenchimento de sistemas de informação governamentais.

PÚBLICO-ALVO:

Assistentes sociais, psicólogos e pedagogos que atuam na gestão e execução da Proteção Social Básica.

Orientadores sociais, educadores e facilitadores de oficinas socioeducativas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Gestores municipais, coordenadores de Centros de Referência de Assistência Social e técnicos de entidades privadas sem fins lucrativos.

Estudantes e pesquisadores das áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas interessados em políticas públicas de assistência social.

Módulo 1: Fundamentos Normativos e Institucionais da Assistência Social

Aula 1.1: Histórico e Evolução da Política de Assistência Social no Brasil

A consolidação da política de assistência social no Brasil como direito cidadão e dever do Estado resulta de um longo processo histórico de transição da caridade assistencialista para a seguridade social. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu o divisor de águas ao incluir a assistência social no tripé da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social, assegurando o acesso aos serviços independentemente de contribuição prévia. Subsequente a esse marco normativo supremo, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993 institucionalizou os princípios, diretrizes e objetivos que regem a gestão descentralizada e participativa das ações governamentais no setor.

O entendimento dessa trajetória histórica é indispensável para que o profissional identifique os resquícios de práticas tutelares que ainda possam emergir no cotidiano operacional dos serviços socioassistenciais.

Compreender a transição epistemológica e política de um modelo punitivo ou meramente paternalista para um arranjo público pautado pela garantia de direitos permite ao orientador social e à equipe técnica alinhar suas intervenções diárias às diretrizes democráticas vigentes. Esse arcabouço normativo assegura que os usuários sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e cidadãos ativos, combatendo atitudes que fragilizem a dignidade humana ou reiterem a dependência de favores políticos e benevolências privadas.

Aula 1.2: A Proteção Social Básica no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social

A Proteção Social Básica representa a dimensão preventiva da Assistência Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, tendo como foco prioritário a prevenção de situações de risco e vulnerabilidade social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Esta proteção é operacionalizada predominantemente no Centro de Referência de Assistência Social, unidade pública estatal que funciona como porta de entrada da rede socioassistencial no território. As ações desenvolvidas na Proteção Social Básica destinam-se a populações que vivenciam privações de renda, acesso precário aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos e isolamento social.

A atuação na Proteção Social Básica exige o domínio das metodologias relativas ao trabalho social essencialmente coletivo e proativo, diferindo das intervenções repressivas ou reparadoras da proteção especial. O

profissional atua preventivamente antecipando-se à ocorrência de violações de direitos de modo a estruturar ambientes protetivos no seio da família e da comunidade. A integração contínua entre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e os demais serviços que compõem a Proteção Social Básica garante o fluxo contínuo de acompanhamento sistemático das vulnerabilidades territoriais identificadas pelas equipes multidisciplinares.

Aula 1.3: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a Regulamentação do Serviço

A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social número 109 de 2009 aprovou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, padronizando a nomenclatura, os objetivos, o público-alvo, os impactos esperados e os recursos necessários para a oferta das ações em todo o território nacional. No âmbito dessa tipificação, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está enquadrado na Proteção Social Básica, organizado por faixas etárias e especificidades territoriais. O documento normativo definiu claramente que o serviço deve ser ofertado de forma a complementar o trabalho social com famílias realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social.

A conformidade com a Tipificação Nacional assegura a equidade na prestação dos serviços públicos de assistência social nos diferentes municípios brasileiros, estabelecendo parâmetros mínimos de qualidade e infraestrutura. A observância desse instrumento regulatório impede que atividades descontextualizadas ou meramente recreativas sejam

erroneamente catalogadas como intervenções socioeducativas. A correta aplicação das diretrizes normativas garante a uniformidade dos registros administrativos, a alocação eficiente dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Assistência Social e a efetividade do controle social exercido pelos conselhos municipais.

Aula 1.4: Princípios Ético-Políticos e Diretrizes Pedagógicas da Convivência

A execução das atividades socioassistenciais fundamenta-se em princípios ético-políticos que valorizam o respeito integral à diversidade humana, a promoção da equidade de gênero, a igualdade racial e a defesa irrestrita dos direitos humanos. As diretrizes pedagógicas da convivência orientam a construção de espaços coletivos pautados pela escuta qualificada, pela mediação não violenta de conflitos e pelo incentivo à participação comunitária ativa. A intervenção não deve impor padrões culturais ou morais, mas sim instigar o pensamento crítico e o desenvolvimento do protagonismo dos usuários em suas respectivas realidades sociais.

Na prática operacional, o respeito aos princípios ético-políticos exige o combate rigoroso a qualquer forma de discriminação, preconceito ou rotulação estigmatizante por parte da equipe técnica. O planejamento pedagógico deve incorporar dinâmicas que estimulem a empatia, a cooperação, o diálogo e o reconhecimento das identidades territoriais e culturais dos participantes. A atuação pautada por esses valores consolida o espaço do serviço como um ambiente seguro, acolhedor e propício para

o fortalecimento das relações interpessoais e para a construção da cidadania plena.

Aula 1.5: Articulação entre o Serviço de Convivência e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

A relação entre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família é de complementaridade direta e coordenação técnica contínua. Enquanto o atendimento às famílias é coordenado pelos técnicos de referência do Centro de Referência de Assistência Social focado no núcleo familiar, o serviço de convivência atua no âmbito coletivo e nos grupos de usuários por faixa etária. O fluxo de informações entre a equipe do atendimento familiar e os orientadores sociais garante que as vulnerabilidades identificadas nos grupos alimentem o plano de acompanhamento familiar e vice-versa.

A falha na articulação entre ambos os serviços pode acarretar a fragmentação do atendimento socioassistencial, gerando abordagens desordenadas e ineficazes sobre as vulnerabilidades observadas na comunidade. A equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social deve realizar reuniões periódicas de alinhamento com os orientadores sociais para analisar casos, planejar intervenções conjuntas e avaliar a evolução dos participantes nos grupos. Essa integração metodológica assegura a centralidade da família na política de assistência social, evitando que o atendimento ao usuário ocorra de forma isolada do seu contexto familiar e comunitário.

Módulo 2: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Proteção Social Básica

Aula 2.1: Conceito, Objetivos Centrais e Diretrizes Gerais do Serviço

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos configura-se como uma modalidade de atendimento socioassistencial realizada em grupos, organizada a partir de posicionamentos teóricos e metodológicos focados na prevenção de fragilidade nas relações familiares e comunitárias. Seus objetivos centrais incluem a suplementação do trabalho social com famílias, a prevenção do isolamento social, a facilitação de acessos a direitos sociais e o fortalecimento de identidades individuais e coletivas. A atuação apoia-se no incentivo à convivência social e no estímulo ao desenvolvimento da autonomia dos sujeitos atendidos.

A clareza conceitual acerca do serviço impede que o mesmo seja confundido com depósitos de crianças, cursos profissionalizantes formais ou atividades de reforço escolar desprovidas de caráter socioeducativo. As diretrizes normativas impõem que o foco permanente das ações seja o fortalecimento de vínculos afetivos, interpessoais e comunitários através de vivências lúdicas, culturais, artísticas e esportivas. O alcance desses objetivos é mensurado pela capacidade dos participantes de superarem padrões de isolamento, resolverem conflitos por vias negociais e exercerem a cidadania ativa no território onde habitam.

Aula 2.2: Público-Alvo Prioritário e Critérios de Elegibilidade

O atendimento no serviço é direcionado a indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, observando critérios rigorosos de priorização definidos pelas normativas federais da política pública. O público-alvo prioritário engloba pessoas em situação de trabalho infantil, vítimas de exploração ou abuso, indivíduos egressos do sistema de acolhimento ou em cumprimento de medidas socioeducativas, famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e pessoas com deficiência. A identificação das prioridades visa assegurar que a oferta estatal alcance prioritariamente aqueles que vivenciam acentuada privação ou violação de direitos.

O correto mapeamento das prioridades exige que a equipe técnica realize busca ativa contínua no território em articulação com a rede intersetorial e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. O preenchimento das vagas deve seguir critérios objetivos e transparentes, assegurando acesso democrático e sem discriminação às populações mais fragilizadas. A ausência de controle rigoroso na aplicação dos critérios de elegibilidade compromete a função protetiva do serviço, podendo ocasionar a exclusão justamente daqueles indivíduos que demandam acompanhamento prioritário no âmbito da assistência social.

Aula 2.3: Território, Vulnerabilidade e Diagnóstico Socioterritorial

O conceito de território na assistência social ultrapassa a delimitação geográfica estrita, compreendendo as relações sociais, culturais, econômicas e de poder que estruturam a vida comunitária. O diagnóstico socioterritorial é o instrumento técnico utilizado para identificar as vulnerabilidades, as potencialidades, a oferta de serviços públicos e as dinâmicas de violência ou exclusão presentes na área de abrangência do serviço. Essa análise contextualizada fundamenta o planejamento de intervenções adequadas à realidade vivida pelos usuários e suas famílias.

A ausência de um diagnóstico socioterritorial atualizado resulta no planejamento de atividades desvinculadas das reais demandas da população local, reduzindo a eficácia das ações socioeducativas. A equipe técnica deve coletar dados primários e secundários, promovendo a escuta da comunidade e mapeando equipamentos públicos, lideranças comunitárias e recursos disponíveis no território. O conhecimento minucioso da dinâmica territorial permite ao serviço agir preventivamente sobre fatores de risco específicos, tais como a presença de tráfico de drogas, a escassez de áreas de lazer ou a ausência de infraestrutura básica.

Aula 2.4: Matriz de Proteção Social e Prevenção de Riscos

A Matriz de Proteção Social consiste em um modelo analítico e operacional que correlaciona as vulnerabilidades identificadas às estratégias de intervenção socioassistencial adequadas para mitigar os riscos sociais. A atuação do serviço na matriz fundamenta-se no desenvolvimento de aquisições protetivas nos usuários, tais como a capacidade de auto-

organização, a ampliação do universo informacional e cultural, e a capacidade de vocalização de demandas de cidadania. O foco preventivo visa interromper a reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social.

A implementação prática da matriz exige que os profissionais identifiquem os fatores de proteção e de risco presentes no ambiente familiar e comunitário dos participantes. As oficinas socioeducativas e as dinâmicas de grupo devem ser desenhadas para fortalecer os fatores protetivos, estimulando a resiliência e a solidariedade comunitária. O monitoramento constante das variáveis socioeconômicas e relacionais dos usuários garante a adaptação contínua das estratégias de prevenção às transformações observadas no contexto social do território.

Aula 2.5: Interfaces entre o Centro de Referência de Assistência Social e o Serviço de Convivência

O Centro de Referência de Assistência Social atua como a unidade gestora e coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dentro do seu território de abrangência. A interface operacional manifesta-se no acolhimento inicial dos usuários, na inclusão no Cadastro Único, no encaminhamento prioritário para os grupos do serviço e na articulação dos planos de acompanhamento familiar. O trabalho social com as famílias dos usuários do serviço de convivência permanece sob a responsabilidade direta dos técnicos de referência daquela unidade pública.

Para garantir a fluidez dessa interface, é necessário estabelecer rotinas de comunicação, reuniões de estudo de caso e fluxos documentais padronizados entre os profissionais do centro e os orientadores sociais. A desarticulação entre a gestão do serviço e a unidade executora enfraquece o caráter assistencial das atividades, correndo o risco de transformar as oficinas socioeducativas em ações descontextualizadas. A integração contínua assegura que as vulnerabilidades manifestadas pelos usuários nos grupos sejam devidamente repassadas aos assistentes sociais e psicólogos responsáveis pelo acompanhamento das famílias.

Módulo 3: Organização por Ciclos de Vida e Faixas Etárias

Aula 3.1: Especificidades do Atendimento de 0 a 6 Anos

O atendimento a crianças de 0 a 6 anos no serviço de convivência exige metodologias focadas na primeira infância, período crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do indivíduo. As atividades devem ser estruturadas em articulação próxima com os cuidadores e familiares, priorizando o fortalecimento dos vínculos afetivos primários e o estímulo às brincadeiras interativas. O ambiente deve ser seguro, acolhedor e estimulante, garantindo que as experiências vividas favoreçam a criação de laços de confiança e o desenvolvimento da sociabilidade.

Os profissionais que atuam nessa faixa etária devem possuir qualificação específica para compreender os marcos do desenvolvimento infantil e identificar precocemente sinais de negligência, maus-tratos ou atrasos no desenvolvimento. As oficinas socioeducativas devem utilizar a ludicidade como principal ferramenta de aprendizagem e integração, promovendo a participação dos pais ou responsáveis em momentos compartilhados. A atuação articulada com os serviços de saúde e educação infantil amplia a rede de proteção, assegurando o cuidado integral durante os primeiros anos de vida.

Aula 3.2: Abordagem Socioeducativa para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 Anos

A faixa etária de 6 a 15 anos abrange a fase escolar e o início da adolescência, momento marcado pela expansão das relações sociais fora do núcleo familiar e pelo desenvolvimento da identidade pessoal. As intervenções socioeducativas para este grupo devem focar na prevenção da evasão escolar, do trabalho infantil e da exposição à violência urbana. As atividades precisam estimular a expressão artística, o esporte educacional, a inclusão digital e o debate sobre direitos e deveres de cidadania.

O planejamento pedagógico para este segmento exige dinamismo e escuta ativa, permitindo que os próprios participantes opinem sobre a escolha das oficinas e temas a serem debatidos. O orientador social atua como mediador, provocando reflexões sobre a convivência comunitária, a diversidade cultural, a igualdade de oportunidades e o combate ao

bullying. A integração com as escolas locais e com a rede de tutela de direitos garante o acompanhamento constante do desenvolvimento educacional e social dessas crianças e adolescentes.

Aula 3.3: Estratégias de Engajamento para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 Anos

O trabalho com adolescentes de 15 a 17 anos enfrenta o desafio constante da retenção e engajamento dos jovens, exigindo metodologias que dialoguem diretamente com suas linguagens, culturas urbanas e expectativas de futuro. O foco principal das ações deve residir no desenvolvimento do protagonismo juvenil, na orientação sobre mundo do trabalho, na prevenção da gravidez na adolescência e na discussão sobre cidadania e direitos humanos. As dinâmicas devem afastar o modelo escolar tradicional, adotando formatos participativos e tecnológicos.

A retenção desses jovens depende da capacidade do serviço em oferecer espaços reais de escuta, criação e liderança comunitária. É fundamental trabalhar o projeto de vida dos participantes, auxiliando-os na identificação de oportunidades educacionais, culturais e de qualificação profissional disponíveis na cidade. A articulação com políticas de juventude, cultura e trabalho amplia as perspectivas de inserção social qualificada, prevenindo o aliciamento por redes ilícitas e o isolamento decorrente da falta de perspectivas de futuro.

Aula 3.4: Atendimento ao Público Adulto: Foco na Autonomia e Redes de Apoio

O atendimento socioassistencial direcionado ao público adulto visa prioritariamente o fortalecimento da autonomia, o fomento ao associativismo e a ampliação das redes de apoio comunitário e solidário. Este grupo frequentemente vivencia pressões decorrentes do desemprego, da sobrecarga de cuidados familiares e do isolamento social em áreas periféricas. As atividades devem promover espaços de troca de experiências, desenvolvimento de competências relacionais e conscientização sobre direitos sociais e trabalhistas.

Os orientadores sociais devem facilitar o debate sobre temas como organização financeira familiar, divisão equitativa do trabalho doméstico, saúde mental e equidade de gênero. O incentivo à formação de redes comunitárias de apoio mútuo fortalece a capacidade das famílias de enfrentarem crises socioeconômicas de forma coletiva. O serviço deve atuar como ponte para o encaminhamento dos adultos a programas de qualificação profissional, de elevação da escolaridade e de inserção no mercado de trabalho formal ou na economia solidária.

Aula 3.5: O Envelhecimento Ativo e o Trabalho Social com Idosos

As intervenções voltadas para a pessoa idosa têm como diretrizes o incentivo ao envelhecimento ativo e saudável, a prevenção da dependência funcional, o combate à desvalorização social da velhice e a superação do isolamento comunitário. As atividades desenvolvidas nos

grupos de idosos devem valorizar as trajetórias de vida, promover a estimulação cognitiva e motora e incentivar a convivência intergeracional. O espaço do serviço deve garantir acessibilidade física e atitudinal a todos os usuários.

O orientador social precisa trabalhar temas relacionados à garantia dos direitos da pessoa idosa, prevenção a fraudes e violências domésticas, e acesso aos serviços de saúde e previdência social. A promoção da autonomia do idoso envolve capacitá-lo para a utilização de novas tecnologias digitais e para o exercício da liderança comunitária. O fortalecimento dos laços comunitários e familiares evita o asilamento indevido e assegura que o envelhecimento seja vivenciado com dignidade, sociabilidade e respeito no âmbito do seu território.

Módulo 4: Planejamento Pedagógico e Metodologia de Oficinas Socioeducativas

Aula 4.1: Construção do Plano de Ação Pedagogicamente Estruturado

O Plano de Ação representa a ferramenta central de planejamento pedagógico e operacional do serviço de convivência, definindo os objetivos, as metas, a metodologia de trabalho, o cronograma de atividades e as formas de avaliação para um determinado período. A sua elaboração deve ser fruto de um processo participativo, envolvendo a equipe técnica do centro de referência, os orientadores sociais e os

próprios usuários atendidos. O documento deve fundamentar-se no diagnóstico socioterritorial, respondendo diretamente às vulnerabilidades prioritárias identificadas.

Um plano pedagógico inconsistente resulta em ações improvisadas e desprovidas de intencionalidade socioeducativa, descaracterizando a função protetiva do serviço. O documento deve prever a divisão equilibrada entre oficinas culturais, esportivas, lúdicas e encontros de reflexão temática, garantindo a interdisciplinaridade das abordagens. A revisão periódica do plano permite ajustar as metodologias e cronogramas conforme as transformações das demandas locais e o ritmo de desenvolvimento dos grupos de convivência.

Aula 4.2: Metodologia Participativa e Escuta Qualificada no Trabalho de Grupo

A metodologia participativa fundamenta-se na premissa de que o conhecimento é construído de forma coletiva a partir da problematização da realidade trazida pelos próprios participantes. A utilização da escuta qualificada pelo profissional exige postura isenta de julgamentos morais, empatia e atenção às demandas expressas de forma verbal ou não verbal durante as dinâmicas de grupo. Essa abordagem fortalece o sentimento de pertencimento dos usuários e transforma o grupo em um espaço horizontal de diálogo.

A aplicação prática da escuta qualificada requer o domínio de técnicas de mediação de grupo, tais como rodas de conversa, assembleias e dinâmicas de tempestade de ideias. O educador social deve atuar como facilitador do processo, garantindo a voz aos participantes mais tímidos e moderando monopolizações da fala. A construção compartilhada das regras de convivência do grupo fortalece a coresponsabilidade e a adesão aos compromissos assumidos coletivamente ao longo das oficinas socioeducativas.

Aula 4.3: Elaboração, Sequenciamento e Avaliação de Oficinas Socioeducativas

A oficina socioeducativa consiste em uma unidade estruturada de aprendizagem e convivência que articula teoria e prática por meio de vivências dinâmicas e expressivas. A sua elaboração exige a definição clara do tema central, dos objetivos específicos, dos materiais necessários, do tempo de duração e da estratégia de acolhida e encerramento. O sequenciamento das oficinas deve obedecer a uma lógica progressiva de aprofundamento temático, permitindo que os participantes construam conhecimentos de forma contínua e integrada.

O planejamento de cada oficina deve prever um momento de avaliação imediata com o grupo, no qual os participantes possam expor suas impressões, sentimentos e aprendizados adquiridos durante a execução das atividades. O orientador social deve registrar detalhadamente a percepção individual e coletiva dos usuários no diário de campo ou relatório de oficina. A avaliação contínua fornece elementos práticos para

o aprimoramento das abordagens seguintes, garantindo que as oficinas permaneçam atraentes e alinhadas aos objetivos do serviço.

Aula 4.4: O Lúdico, a Arte, a Cultura e o Esporte como Ferramentas Socioeducativas

O lúdico, as manifestações artísticas, a diversidade cultural e a prática de esportes educacionais constituem meios fundamentais para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para o fortalecimento do convívio comunitário. Essas linguagens oferecem formas não verbais de expressão que facilitam a elaboração de traumas, a superação de inibições e o aprendizado de regras de respeito mútuo. O esporte no serviço socioassistencial deve priorizar a cooperação, a inclusão de todos os biotipos e o fair play em detrimento da competitividade estrita.

A utilização dessas ferramentas exige que o facilitador de oficina vincule a atividade prática a reflexões mais amplas sobre convivência, cidadania, trabalho em equipe e diversidade cultural. As oficinas de arte e cultura devem valorizar as identidades locais e o patrimônio imaterial das comunidades onde os usuários vivem. O descuido em associar a prática lúdica ou esportiva aos objetivos socioeducativos corre o risco de desviar a finalidade da intervenção pública, convertendo o serviço em escolinha de esportes ou recreação desprovida de acompanhamento social.

Aula 4.5: Adaptação Metodológica para Pessoas com Deficiência

A inclusão de pessoas com deficiência nos grupos do serviço de convivência é uma diretriz normativa mandatória que exige a adaptação contínua de metodologias, materiais, espaços físicos e atitudes pedagógicas. A acessibilidade atitudinal e instrumental visa eliminar as barreiras socioculturais e arquitetônicas que impedem a participação plena desses usuários em igualdade de condições com os demais. O planejamento deve focar nas habilidades e potencialidades do indivíduo, evitando visões assistencialistas ou focadas exclusivamente na limitação biológica.

A adaptação metodológica envolve a utilização de recursos de comunicação alternativa, a adequação de dinâmicas motoras e o uso de tecnologias assistivas de baixo custo nas oficinas. A equipe técnica e os orientadores sociais devem promover o debate contínuo sobre capacitismo com todo o grupo de convivência, fortalecendo a cultura do respeito à diversidade humana. A articulação regular com a rede socioassistencial especializada e com a política de saúde garante o suporte técnico necessário para o acompanhamento integral da pessoa com deficiência.

Módulo 5: O Papel do Orientador Social e da Equipe Multidisciplinar

Aula 5.1: Atribuições, Perfil Profissional e Competências do Orientador Social

O orientador social é o profissional de nível médio responsável direto pela mediação dos processos de convivência nos grupos, atuando na execução direta das oficinas socioeducativas e no acompanhamento cotidiano dos usuários. O perfil profissional exige sensibilidade social, capacidade de escuta, flexibilidade metodológica, domínio de técnicas de animação cultural e habilidade para mediação de conflitos. A sua atuação posiciona-se como ponte fundamental entre a comunidade e a equipe técnica de nível superior da unidade pública.

As atribuições do orientador social incluem o planejamento das oficinas sob a supervisão da equipe técnica, o registro de frequência e ocorrências diárias dos usuários, a organização dos espaços pedagógicos e a facilitação das dinâmicas relativas ao fortalecimento de vínculos. É fundamental que esse profissional mantenha postura ética rigorosa, preservando o sigilo sobre a vida privada das famílias atendidas. O constante aprimoramento técnico e a participação em capacitações continuadas garantem a qualidade das intervenções socioeducativas sob sua responsabilidade.

Aula 5.2: A Supervisão Técnica exercida pela Equipe do Centro de Referência

A equipe técnica de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social, composta por assistentes sociais e psicólogos, exerce a supervisão

técnica direta sobre os orientadores sociais que atuam no serviço. Essa supervisão envolve o acompanhamento sistemático do planejamento das oficinas, a análise conjunta dos relatórios de ocorrências de grupo e a orientação teórico-metodológica das intervenções. A retaguarda técnica garante o alinhamento das atividades grupais aos planos individuais e familiares de acompanhamento social.

A ausência de supervisão técnica sistemática fragiliza a dimensão protetiva do serviço, podendo expor os orientadores sociais a situações de sobrecarga emocional e desalinhamento normativo. Os encontros de supervisão devem ser periódicos e estruturados como espaços de escuta, avaliação crítica e alinhamento pedagógico. A equipe de nível superior deve fornecer o suporte teórico necessário para a compreensão dos fenômenos sociais que emergem durante as oficinas socioeducativas, orientando os encaminhamentos cabíveis à rede de proteção.

Aula 5.3: Transversalidade e Interdisciplinaridade na Equipe Socioassistencial

A atuação na política de assistência social exige o trabalho interdisciplinar e transversal, caracterizado pela integração de conhecimentos do serviço social, da psicologia, da pedagogia e de outras ciências humanas na leitura das realidades territoriais. A interdisciplinaridade supera a visão fragmentada das vulnerabilidades, permitindo que a equipe compreenda a complexidade dos fatores econômicos, relacionais e psíquicos que impactam a vida dos usuários. A construção compartilhada das propostas pedagógicas enriquece a qualidade das oficinas do serviço.

Na prática de trabalho, a transversalidade concretiza-se no desenvolvimento de projetos temáticos conjuntos que abordem questões como direitos humanos, equidade de gênero, combate ao racismo e sustentabilidade ambiental. A equipe multidisciplinar deve cultivar um ambiente de trabalho pautado pela comunicação fluida, pelo respeito à especificidade de cada saber profissional e pela busca constante de soluções coletivas para os desafios enfrentados no cotidiano operacional do serviço de convivência.

Aula 5.4: Mediação de Conflitos e Comunicação Não Violenta nos Grupos

A ocorrência de conflitos nos grupos de convivência é um fenômeno natural decorrente da diversidade de histórias de vida, valores e personalidades dos participantes. A mediação de conflitos exige do orientador social o domínio das táticas de Comunicação Não Violenta, que envolvem a identificação dos sentimentos e necessidades subjacentes aos comportamentos agressivos ou de esquila. O profissional deve atuar de forma neutra, auxiliando os envolvidos a construírem pactos de convivência harmoniosos por meio do diálogo respeitoso.

O uso da Comunicação Não Violenta requer o treinamento constante para evitar respostas reativas, julgamentos precipitados ou punições arbitrárias contra os usuários que apresentem condutas desafiadoras. O espaço do grupo deve ser utilizado pedagogicamente para transformar o conflito em oportunidade de aprendizado sobre alteridade, autorregulação emocional

e respeito à diversidade de opiniões. A mediação bem-sucedida fortalece a coesão do grupo e consolida o ambiente do serviço como um porto seguro contra a violência interpessoal.

Aula 5.5: Saúde Mental e Prevenção do Burnout nos Profissionais da Proteção Básica

A atuação direta em territórios marcados pela vulnerabilidade social, extrema pobreza e violação de direitos expõe os profissionais do serviço a elevada carga de estresse emocional e risco de desenvolvimento da Síndrome de Burnout. A preservação da saúde mental da equipe multidisciplinar e dos orientadores sociais é um pré-requisito para a manutenção da qualidade do atendimento prestado à população. As instituições gestoras devem assegurar condições adequadas de trabalho, espaços de apoio psicossocial e jornadas compatíveis com as exigências da função.

A prevenção do desgaste mental exige a implementação de rotinas institucionais de autocuidado, tais como espaços de fala sobre as angústias do cotidiano, supervisão clínica e divisão equilibrada de responsabilidades. Os profissionais devem desenvolver a capacidade de delimitação de fronteiras éticas e emocionais no relacionamento com os usuários, evitando o envolvimento pessoal excessivo que comprometa a imparcialidade técnica. O cuidado com a saúde mental da equipe reflete-se diretamente em intervenções socioeducativas mais equilibradas, empáticas e eficientes.

Módulo 6: Intersetorialidade e Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos

Aula 6.1: O Conceito de Intersetorialidade e a Rede Socioassistencial

A intersetorialidade consiste na articulação planejada de saberes, recursos e estratégias entre diferentes políticas públicas para responder de forma integrada à complexidade das demandas da população vulnerável. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não atua de forma isolada, mas como componente estratégico de uma rede socioassistencial que interage continuamente com as áreas de saúde, educação, habitação, cultura, esporte e trabalho. A sinergia intersetorial maximiza os impactos sociais da intervenção governamental e evita o sobreposição de ações.

A operacionalização prática da intersetorialidade exige o estabelecimento de fluxos de comunicação claros, reuniões intersetoriais de alinhamento e o compartilhamento de diagnósticos territoriais entre os equipamentos públicos do bairro. O orientador social e a equipe técnica do centro de referência devem identificar as fragilidades nos serviços locais e construir agendas comuns para enfrentamento de problemas complexos, tais como a evasão escolar, o uso abusivo de substâncias psicoativas e o desemprego estrutural entre os responsáveis pelas famílias atendidas.

Aula 6.2: Articulação entre o Serviço de Convivência, Educação e Saúde

A interface com as políticas de educação e saúde é indispensável para o acompanhamento das famílias e garantia do desenvolvimento humano dos usuários do serviço. A articulação com a rede escolar permite o acompanhamento da frequência e do rendimento das crianças e adolescentes, facilitando a identificação precoce de casos de violência, negligência ou evasão. A integração com as Unidades Básicas de Saúde e Equipes de Saúde da Família garante o monitoramento vacinal, o apoio ao desenvolvimento infantil e o cuidado socioemocional dos participantes.

O desenvolvimento de projetos conjuntos entre a equipe do serviço de convivência, os educadores e os agentes comunitários de saúde fortalece as ações preventivas na comunidade. Reuniões de estudo de caso integradas permitem alinhar estratégias para usuários que apresentam dificuldades de aprendizagem, distúrbios de comportamento ou problemas de saúde crônicos. Essa articulação tripartida otimiza os recursos públicos e garante a integralidade da atenção devida às populações em situação de extrema vulnerabilidade social.

Aula 6.3: O Papel do Conselho Tutelar e do Sistema de Justiça no Fluxo de Atendimento

O Conselho Tutelar e o Sistema de Justiça compõem o pilar de defesa do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, atuando na apuração e encaminhamento de medidas protetivas em casos de violação ou ameaça de direitos. A relação do serviço de convivência com esses órgãos deve ser estritamente pautada pelas atribuições legais de cada instituição, preservando a natureza socioeducativa e não punitiva do

atendimento assistencial. A comunicação formal ocorre por meio de relatórios técnicos fundamentados elaborados pela equipe de nível superior do centro de referência.

A identificação de suspeita ou confirmação de violações graves de direitos durante as oficinas socioeducativas exige o encaminhamento imediato do caso à equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social para os devidos procedimentos de notificação e articulação com o Conselho Tutelar. O orientador social não deve atuar como agente investigador, mas sim garantir o registro preciso dos fatos observados no espaço de convivência. A preservação da confidencialidade e do sigilo profissional é indispensável para resguardar a integridade e a segurança do usuário atendido.

Aula 6.4: Encaminhamentos, Contrafluxos e Estudos de Caso Intersetoriais

A eficácia da atuação em rede depende da padronização dos fluxos de encaminhamento e da estruturação dos contrafluxos de informação entre as instituições parceiras. O encaminhamento socioassistencial deve ser acompanhado de justificativa técnica precisa, garantindo que o serviço de destino compreenda as demandas daquele usuário ou família. O contrafluxo consiste no retorno formal da instituição receptora informando as providências adotadas, permitindo o acompanhamento longitudinal da situação pela equipe do centro de referência.

Os estudos de caso intersetoriais representam momentos de síntese técnica onde profissionais de diferentes políticas públicas se reúnem para discutir situações complexas que demandam intervenção simultânea. Essa metodologia compartilhada evita a duplicidade de atendimentos, harmoniza o tom das intervenções e responsabiliza cada órgão governamental pelo cumprimento de suas competências legais. A condução rigorosa dessas reuniões fortalece a coesão da rede socioassistencial e melhora significativamente os índices de resolução das demandas comunitárias.

Aula 6.5: Fortalecimento das Redes Comunitárias de Apoio Social

Para além da rede institucional formal, a proteção social no território sustenta-se nas redes comunitárias informais, compostas por associações de moradores, coletivos culturais, movimentos sociais, grupos religiosos e lideranças locais. O serviço de convivência deve reconhecer, valorizar e articular-se com essas redes de solidariedade primária, potencializando os recursos já existentes no ambiente social dos usuários. A integração com o tecido comunitário fortalece a identidade cultural e a coesão social do bairro.

O orientador social deve atuar como um facilitador de conexões comunitárias, incentivando os usuários a participarem de espaços coletivos de tomada de decisão e organização comunitária. O mapeamento contínuo dos atores e iniciativas populares no território amplia as alternativas de sociabilidade e suporte social para as famílias acompanhadas. A construção de parcerias com iniciativas locais

enriquece o conteúdo das oficinas socioeducativas e garante a sustentabilidade dos ganhos de autonomia e cidadania desenvolvidos durante a execução do serviço.

Módulo 7: Gestão da Informação, Registros e Práticas Documentais

Aula 7.1: A Importância dos Registros Administrativos no Trabalho Socioassistencial

Os registros administrativos e pedagógicos constituem a memória documental da execução das atividades socioassistenciais, sendo indispensáveis para a continuidade do atendimento, o planejamento técnico e a prestação de contas pública. A anotação rigorosa das informações garante a transparência da gestão municipal, subsidia a avaliação do impacto das intervenções socioeducativas e fundamenta as decisões da equipe técnica. A ausência de registros padronizados gera perda de histórico operacional e compromete a qualidade do acompanhamento prestado aos usuários.

A equipe do serviço deve manter rotinas diárias e semanais de preenchimento dos instrumentos de registro, tais como diários de campo, listas de presença, fichas de inscrição e relatórios sintéticos de oficina. Os documentos devem ser armazenados de forma organizada, segura e acessível aos profissionais autorizados, garantindo a rastreabilidade dos atendimentos prestados ao longo do tempo. O uso consistente dos

registros administrativos fortalece a cultura institucional de gestão baseada em evidências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Aula 7.2: Diário de Campo, Relatórios de Oficina e Prontuário Suas

O diário de campo é a ferramenta pessoal e reflexiva do orientador social utilizada para narrar a dinâmica diária dos grupos, as reações dos usuários às atividades propostas, os conflitos observados e as conquistas coletivas ou individuais. O relatório de oficina consolida os aspectos técnicos da execução do planejamento pedagógico, registrando o número de participantes, os objetivos alcançados e as adaptações necessárias. O Prontuário SUAS é o documento técnico privativo da equipe de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social focado no acompanhamento familiar.

O correto fluxo documental exige que as anotações do diário de campo e dos relatórios de oficina forneçam insumos qualitativos relevantes para alimentar o Prontuário SUAS sob a gestão dos assistentes sociais e psicólogos. Os relatórios devem adotar linguagem descritiva, técnica e isenta de julgamentos de valor ou adjetivos pejorativos sobre os usuários. O manuseio do prontuário deve respeitar rigorosamente as normas éticas das profissões regulamentadas, assegurando a guarda confidencial das informações prestadas pelas famílias.

Aula 7.3: O Cadastro Único como Instrumento de Gestão e Identificação

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda residentes no território nacional. No âmbito do serviço de convivência, o Cadastro Único funciona como ferramenta essencial para o mapeamento das vulnerabilidades territoriais, a verificação dos critérios de elegibilidade dos usuários e a priorização do atendimento das famílias em extrema pobreza. A inserção e atualização dos dados cadastrais são pré-requisitos para a inclusão em programas de transferência de renda.

A equipe técnica deve trabalhar de forma articulada com os operadores do Cadastro Único no município para garantir que os participantes do serviço de convivência estejam devidamente cadastrados e com seus dados atualizados. O cruzamento das informações cadastrais com os registros de frequência do serviço permite identificar mudanças no perfil socioeconômico das famílias e avaliar a cobertura da proteção social no território. A gestão eficiente dos dados cadastrais fortalece a focalização das políticas públicas nas populações prioritárias.

Aula 7.4: Sistemas Federais de Monitoramento: Sistema de Informação do Serviço de Convivência

O Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é a plataforma informatizada do Governo Federal destinada ao acompanhamento, monitoramento e validação da oferta do serviço pelos municípios e pelo Distrito Federal. O preenchimento periódico do sistema é obrigatório para a confirmação da execução física do serviço e para a

manutenção do repasse de recursos do financiamento federal. A alimentação do sistema exige o registro individualizado dos usuários, a vinculação aos grupos ativos e a prestação de informações sobre os orientadores sociais responsáveis.

A negligência ou inconsistência no preenchimento do sistema federal pode acarretar a suspensão do repasse de recursos orçamentários pelo Fundo Nacional de Assistência Social, prejudicando a continuidade do atendimento à população local. Os gestores e técnicos responsáveis devem estabelecer um calendário rigoroso para a coleta, conferência e inserção dos dados na plataforma informatizada. A precisão das informações inseridas garante o ranqueamento adequado do município nos indicadores nacionais de eficácia socioassistencial.

Aula 7.5: Proteção de Dados Pessoais e Sigilo Profissional na Assistência Social

O tratamento de dados pessoais e informações sensíveis dos usuários do serviço de convivência deve obedecer rigorosamente às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e ao Código de Ética dos profissionais de Serviço Social e Psicologia. A coleta de informações deve ser estritamente limitada ao necessário para a prestação dos serviços socioassistenciais, sendo vedado o compartilhamento de dados privados com terceiros não autorizados ou para finalidades diversas do interesse público.

A garantia do sigilo profissional exige que os arquivos físicos sejam mantidos em locais trancados com controle de acesso restrito e que as bases de dados digitais adotem senhas e criptografia adequadas. Durante as reuniões intersetoriais de estudo de caso, a equipe técnica deve compartilhar apenas as informações estritamente indispensáveis para a resolução da demanda protetiva, preservando a intimidade e a dignidade do usuário. O desrespeito ao sigilo profissional constitui infração ética e legal grave, sujeita a sanções administrativas e penais.

Módulo 8: Protagonismo, Cidadania e Participação Social

Aula 8.1: Conceito de Protagonismo no Trabalho Socioeducativo

O protagonismo no trabalho socioeducativo fundamenta-se na concepção de que os usuários não são meros receptores passivos da ação estatal, mas sim atores centrais na construção de seus próprios projetos de vida e na transformação de suas realidades sociais. O desenvolvimento do protagonismo exige o abandono de práticas assistencialistas e tutelares, substituindo-as por metodologias que incentivem a autonomia, a tomada de decisão consciente e a responsabilidade coletiva. O orientador social atua como mediador e facilitador dessa emancipação.

A promoção do protagonismo manifesta-se no cotidiano do serviço quando os usuários são incentivados a opinar sobre a programação de oficinas, a definir os temas das palestras e a organizar os eventos comunitários

promovidos pela unidade. Essa vivência prática da participação desenvolve competências críticas, tais como a capacidade de negociação, o pensamento reflexivo e a liderança comunitária. O fortalecimento do protagonismo individual e coletivo é o indicador fundamental da eficácia da intervenção socioassistencial.

Aula 8.2: Direitos Humanos, Cidadania Ativa e Diversidade Cultural

A reflexão contínua sobre Direitos Humanos, cidadania ativa e respeito à diversidade cultural constitui o eixo transversal de todo o conteúdo pedagógico desenvolvido no serviço de convivência. As atividades devem promover o reconhecimento dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e ambientais, capacitando os usuários para a exigibilidade e defesa desses direitos perante os órgãos públicos. A valorização da diversidade cultural combate o preconceito racial, de gênero, sexual, religioso e territorial.

O planejamento das oficinas deve incluir a celebração e o estudo da história das populações afro-brasileiras, indígenas e de comunidades tradicionais, reconhecendo suas contribuições para a formação da sociedade local. O debate sobre a cidadania ativa deve conectar os conceitos teóricos aos problemas diários vivenciados pelos participantes no bairro, tais como o saneamento básico, a segurança pública e o transporte. Essa abordagem politizadora e emancipatória fortalece a capacidade da comunidade de organizar-se e reivindicar melhorias estruturais para seu território.

Aula 8.3: Estratégias para Fomento do Protagonismo Juvenil

O fomento ao protagonismo juvenil exige a criação de espaços genuínos de expressão e liderança onde os adolescentes possam abordar suas angústias, desejos e produções culturais sem julgamentos moralistas dos adultos. A formação de comissões de jovens, grêmios socioeducativos e coletivos de produção de mídia comunitária são estratégias eficazes para engajar essa faixa etária na dinâmica do serviço. As metodologias devem incorporar ferramentas digitais, linguagens artísticas urbanas como hip-hop, grafite e audiovisual, e metodologias de projetos comunitários.

As intervenções focadas nos jovens devem incentivar o pensamento crítico sobre a condição de juventude nas periferias, abordando de forma aberta temas como a violência letal contra jovens negros, a igualdade de oportunidades e os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. O orientador social deve apoiar a autonomia dos adolescentes na condução de suas próprias iniciativas, oferecendo a retaguarda técnica e emocional necessária para que eles enfrentem os desafios da vida adulta com confiança, repertório crítico e cidadania plena.

Aula 8.4: Formação de Lideranças Comunitárias e Controle Social

O incentivo à formação de lideranças comunitárias no âmbito do serviço visa fortalecer o tecido social e ampliar a participação da população nos fóruns formais e informais de controle social. A capacitação dos usuários

para a compreensão do funcionamento do poder público, da elaboração do orçamento municipal e dos papéis dos conselhos de direitos capacitados para atuarem como agentes de transformação em suas comunidades. O serviço socioassistencial funciona como incubador de cidadãos conscientes do seu papel político.

A equipe técnica deve estimular a participação dos usuários e de seus familiares nas reuniões dos Conselhos Municipais de Assistência Social, da Criança e do Adolescente, da Saúde e do Idoso, bem como nas Conferências Municipais de Políticas Públicas. A participação ativa nesses espaços de controle social garante que as demandas das populações vulneráveis sejam vocalizadas e consideradas no planejamento das diretrizes orçamentárias do município. A maturidade do controle social é um indicador direto do fortalecimento da democracia local.

Aula 8.5: Assembleias de Grupo e Gestão Participativa do Serviço

A assembleia de grupo é a instância máxima de pactuação democrática e gestão participativa no cotidiano das turmas do serviço de convivência, ocorrendo periodicamente para discutir a convivência, planejar as atividades futuras e avaliar os resultados alcançados. Essa dinâmica oferece a oportunidade prática para o exercício da democracia deliberativa, onde todos os participantes têm direito a voz e voto nas decisões que afetam a rotina do coletivo. A construção compartilhada do regimento interno do grupo fortalece o respeito às regras coletivas.

A realização regular das assembleias desenvolve a habilidade de escuta das opiniões divergentes, a aceitação das decisões da maioria e a negociação pacífica dos consensos possíveis. O orientador social atua como secretário e facilitador da assembleia, registrando em ata as decisões tomadas e cobrando o cumprimento dos acordos assumidos pelos participantes. A gestão participativa aumenta significativamente o sentimento de pertença e o engajamento dos usuários nas atividades pedagógicas da instituição.

Módulo 9: Prevenção a Situações de Risco Social e Violações de Direitos

Aula 9.1: Identificação de Sinais de Vulnerabilidade Extrema e Violações

A identificação precoce de sinais indicativos de vulnerabilidade extrema e violações de direitos é uma atribuição essencial do orientador social durante o acompanhamento cotidiano dos usuários nas oficinas. Alterações bruscas no comportamento, isolamento repentino, marcas físicas no corpo, desnutrição aparente, higiene precarizada e absenteísmo escolar frequente constituem alertas que exigem imediata averiguação técnica. A escuta atenta e a observação comportamental permanente fornecem os indícios para a atuação protetiva da equipe socioassistencial.

O profissional deve evitar abordagens inquisitivas ou precipitadas ao notar tais sinais, registrando as observações de forma objetiva no diário de campo e reportando o caso imediatamente aos técnicos de nível superior

do centro de referência. A interpretação desses sinais exige o conhecimento das especificidades de cada ciclo de vida e das dinâmicas de violência presentes no território. A agilidade no fluxo interno de informação previne a agravação dos danos e permite que a rede de proteção social intervenha antes do agravamento da situação.

Aula 9.2: Atuação Preventiva frente ao Trabalho Infantil

O combate ao trabalho infantil representa uma das prioridades absolutas do serviço de convivência, exigindo ações preventivas contínuas e o acompanhamento prioritário de crianças e adolescentes resgatados de situações de exploração laboral. A intervenção pedagógica deve desconstruir a cultura de naturalização do trabalho infantil presente em muitas comunidades vulneráveis, demonstrando os prejuízos causados ao desenvolvimento físico, psicológico e educacional da criança. As oficinas devem oferecer alternativas atraentes que ocupem o tempo livre com atividades educativas e culturais.

A equipe do centro de referência deve mapear as atividades econômicas informais no território que utilizam mão de obra infantil, tais como feiras livres, trabalho doméstico, mendicância e narcotráfico. A identificação de crianças nessa condição exige a inclusão imediata da família no programa de acompanhamento do trabalho social e o cadastro prioritário no programa de transferência de renda governamental. A oferta de atividades em tempo complementar ao escolar funciona como fator de proteção crucial para erradicar essa violação de direitos.

Aula 9.3: Prevenção do Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas

A prevenção do uso abusivo de substâncias psicoativas deve ser abordada de forma transversal e desprovida de estigmas morais, focando no fortalecimento dos fatores protetivos, na promoção da saúde mental e no desenvolvimento da autonomia dos adolescentes e adultos. As atividades socioeducativas devem fornecer informações científicas atualizadas sobre os riscos do consumo precocemente e trabalhar as competências socioemocionais para a tomada de decisões autônomas e redução de danos. O diálogo aberto e respeitoso é a base da abordagem preventiva.

A equipe socioassistencial deve articular-se com a Rede de Atenção Psicossocial, especificamente com os Centros de Atenção Psicossocial, para garantir o suporte adequado aos usuários ou familiares que apresentem uso nocivo de álcool e drogas. As oficinas do serviço não possuem caráter terapêutico de reabilitação médica, mas atuam na ampliação do repertório cultural, na reconstrução dos laços familiares e na criação de novos projetos de vida incompatíveis com a dependência química. A acolhida sem julgamentos garante o vínculo do participante com o serviço público.

Aula 9.4: Prevenção à Violência Doméstica, Abuso e Exploração Sexual

A atuação na prevenção à violência doméstica, ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes exige o desenvolvimento de oficinas focadas na autoproteção, no conhecimento dos limites do próprio corpo, na equidade de gênero e no fortalecimento das denúncias por meio de canais oficiais como o Disque 100. As atividades devem capacitar os usuários a identificarem contatos físicos inadequados e a buscarem ajuda imediata com pessoas de confiança ou profissionais da instituição. O ambiente de convivência deve transmitir absoluta segurança.

Ao constatar indícios ou revelação espontânea de abuso sexual ou violência doméstica, o profissional deve manter a calma, demonstrar acolhimento empático e não interrogar a vítima sobre os detalhes do evento traumático. A revelação espontânea deve ser imediatamente noticiada aos técnicos do centro de referência para a realização dos procedimentos de escuta especializada, notificação compulsória e acionamento dos órgãos de proteção legal. A atuação ágil e integrada da equipe interrompe o ciclo de violência e resguarda a vida do usuário.

Aula 9.5: Encaminhamentos para a Proteção Social Especial

Quando as vulnerabilidades identificadas na Proteção Social Básica evoluem para situações de violação consumada de direitos, abandono, violência física ou psicológica graves, faz-se necessário o encaminhamento formal do usuário e de sua família para a Proteção Social Especial de Média ou Alta Complexidade. O serviço de convivência atua no fornecimento de subsídios qualitativos para fundamentar a transição do

acompanhamento para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social ou serviços de acolhimento.

A transferência do acompanhamento não implica o desligamento automático do usuário do serviço de convivência, que pode e deve continuar sendo frequentado como espaço de suporte comunitário, desde que acordado entre as equipes técnicas. O alinhamento entre as equipes da proteção básica e da proteção especial garante a continuidade do cuidado, evitando a interrupção brusca dos vínculos afetivos estabelecidos pelo usuário. O acompanhamento coordenado reduz a duplicação de abordagens e acelera a superação da situação de risco.



Módulo 10: Inclusão, Diversidade e Direitos de Grupos Vulnerabilizados

C U R S O S O N L I N E

Aula 10.1: Abordagem Etnorracial e Combate ao Racismo Estrutural

A implementação da perspectiva etnorracial nas oficinas do serviço de convivência é uma exigência ética e normativa para o enfrentamento do racismo estrutural que impacta desproporcionalmente a população negra e indígena no Brasil. O planejamento pedagógico deve incorporar ativamente a história e a cultura afro-brasileira e dos povos originários, valorizando suas produções intelectuais, artísticas e sociais na formação da sociedade. As atividades devem promover o desmonte de estereótipos raciais e o fortalecimento da autoimagem positiva das crianças e jovens negros.

Os profissionais devem estar capacitados para identificar e intervir imediatamente diante de manifestações de discriminação racial ou injúria no interior dos grupos socioeducativos. O debate sobre a igualdade racial deve ultrapassar as datas comemorativas, constituindo prática diária de análise crítica sobre as desigualdades de acesso a bens públicos, empregabilidade e violência de estado no território. A promoção de uma postura antirracista por toda a equipe fortalece a coesão social e garante um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Aula 10.2: Diversidade de Gênero e Sexualidade na Infância, Adolescência e Velhice

O debate sobre diversidade de gênero e sexualidade deve ser conduzido de forma técnica, respeitosa e adequada ao desenvolvimento de cada faixa etária, visando à prevenção da violência motivada por homofobia, bifobia e transfobia. As atividades devem desconstruir papéis rígidos de gênero que reproduzem a desigualdade entre homens e mulheres e legitimam a violência machista. A inclusão plena de pessoas transgênero e não binárias no serviço exige o respeito rigoroso ao nome social e à identidade autodeclarada em todos os registros institucionais.

No atendimento às pessoas idosas e adultas, a pauta da diversidade sexual deve ser trabalhada para garantir o acolhimento das velhices e especificidades de cada indivíduo sem discriminações moralistas. A equipe deve promover espaços de diálogo que auxiliem as famílias a

aceitarem a orientação sexual e a identidade de gênero de seus membros, prevenindo a expulsão de jovens de suas casas e o isolamento dos idosos. O acolhimento irrestrito à diversidade humaniza o atendimento público e reafirma os valores democráticos do sistema de assistência social.

Aula 10.3: Atendimento a Populações Tradicionais, Migrantes e Refugiados

O trabalho socioassistencial junto às comunidades tradicionais, tais como quilombolas, ribeirinhos e ciganos, bem como no atendimento a populações migrantes e refugiadas, exige o respeito absoluto à sua soberania cultural, modos de vida, tradições e especificidades linguísticas. O planejamento das oficinas socioeducativas deve ser flexibilizado para adaptar-se aos calendários agrícolas, festivos ou religiosos dessas comunidades, evitando imposições metodológicas eurocêntricas ou urbanas descontextualizadas.

No caso de famílias migrantes e refugiadas, o serviço de convivência deve atuar no apoio à integração local, na facilitação da aprendizagem da língua portuguesa, na regularização documental e no combate à xenofobia. O orientador social deve valorizar a bagagem cultural trazida por esses grupos, criando oportunidades de intercâmbio comunitário e aprendizado mútuo entre os usuários nativos e os imigrantes. A escuta sensível às histórias de deslocamento forçado previne a marginalização social e consolida a acolhida humanitária nos territórios de recepção.

Aula 10.4: Equidade no Acesso e Barreiras Socioculturais de Entrada

A garantia da equidade no acesso ao serviço de convivência exige que a equipe gestora e técnica identifique e elimine as barreiras físicas, econômicas, burocráticas e socioculturais que dificultam a inclusão das populações historicamente mais excluídas. A exigência exagerada de documentos formais, a inadequação dos horários de funcionamento, a distância dos locais de atendimento e a estigmatização das famílias em extrema pobreza funcionam como filtros invisíveis de exclusão que precisam ser continuamente enfrentados.

A busca ativa contínua é a principal ferramenta para alcançar as famílias que não procuram voluntariamente os equipamentos públicos devido ao desacreditamento institucional ou isolamento geográfico. O serviço deve manter-se flexível para acolher usuários com trajetórias de vida instáveis, pessoas em situação de rua ou com fragilidade severa de saúde mental. A adaptação da linguagem institucional para torná-la acessível e acolhedora assegura que as oportunidades de desenvolvimento pessoal e social alcancem integralmente os segmentos comunitários de maior vulnerabilidade.

Aula 10.5: Inclusão Social da Pessoa Idosa com Deficiência ou Dependência

A atenção socioassistencial dedicada à pessoa idosa que apresenta deficiência física, sensorial, intelectual ou algum grau de dependência funcional exige arranjos metodológicos que garantam sua participação nos

grupos de convivência sem isolamento ou discriminação. As atividades devem priorizar a preservação da capacidade autônoma residual, a estimulação sensorial e a promoção do convívio social, evitando que o idoso fique restrito ao ambiente doméstico sob os cuidados de um único familiar sobrecarregado.

A equipe do serviço de convivência deve trabalhar em parceria próxima com os cuidadores familiares, oferecendo orientação sobre técnicas de manejo, prevenção de quedas e suporte socioemocional para atenuar a sobrecarga do trabalho de cuidado. O espaço físico onde ocorrem os encontros deve dispor de adaptações arquitetônicas acessíveis, rampas, banheiros adaptados e sinalização tátil. A inclusão efetiva da pessoa idosa dependente reafirma o valor intrínseco de cada vida humana e assegura o direito ao convívio comunitário qualificado durante todas as fases do envelhecimento.

C U R S O S O N L I N E

Módulo 11: Infraestrutura, Ambiência e Recursos Materiais

Aula 11.1: Requisitos de Acessibilidade Física e Arquitetônica dos Espaços

A infraestrutura destinada à oferta do serviço de convivência deve atender integralmente aos parâmetros legais de acessibilidade arquitetônica estabelecidos pelas normas técnicas oficiais, garantindo o livre acesso, a circulação e a utilização dos espaços por pessoas com deficiência ou

mobilidade reduzida. As instalações devem dispor de rampas de acesso com inclinação adequada, corrimãos contínuos, portas com largura mínima compatível com cadeiras de rodas, pisos táteis e antiderrapantes, além de sanitários totalmente adaptados.

A inadequação física dos edifícios públicos ou parceiros onde funciona o serviço constitui uma violação de direitos que impede a inclusão plena dos usuários com limitações motoras ou sensoriais. A equipe gestora deve realizar auditorias periódicas na estrutura física do prédio, providenciando as reformas necessárias junto ao poder público municipal. A eliminação das barreiras arquitetônicas transmite a mensagem clara de acolhimento universal, assegurando a dignidade no atendimento prestado a todos os segmentos da comunidade.

Aula 11.2: Ambiência Pedagógica e Organização dos Espaços Socioeducativos

O conceito de ambiência pedagógica refere-se à qualificação intencional do espaço físico de modo a torná-lo um ambiente acolhedor, estimulante, seguro e favorável às aprendizagens e interações sociais. A disposição dos móveis, a iluminação, a ventilação, a acústica e a decoração visual das salas de atendimento influenciam diretamente o comportamento, a atenção e o bem-estar dos participantes das oficinas. Espaços rígidos e desprovidos de elementos visuais adequados dificultam a criação de um clima relacional propício à convivência.

Os orientadores sociais devem envolver os usuários na organização e decoração dos espaços de atendimento, expondo suas produções artísticas, cartazes e trabalhos coletivos nas paredes da instituição. A organização em rodas de conversa deve ser priorizada para romper com a hierarquia espacial das salas de aula tradicionais, permitindo a olhada direta e o diálogo horizontal entre todos os presentes. O cuidado com a estética e a limpeza dos espaços demonstra respeito à dignidade dos usuários e fortalece o sentimento de pertença à instituição.

Aula 11.3: Gestão de Suprimentos, Materiais Pedagógicos e Equipamentos

A garantia da qualidade das oficinas socioeducativas depende do suprimento regular e tempestivo de materiais pedagógicos, esportivos, artísticos e de consumo, exigindo da gestão municipal um planejamento eficiente de compras e logística. A escassez de materiais como papéis, tintas, bolas, instrumentos musicais e jogos socioeducativos compromete a execução do planejamento diário dos orientadores e gera frustração nos participantes. A gestão de estoques deve controlar o uso e a manutenção dos recursos disponíveis.

A equipe responsável deve elaborar listas detalhadas de insumos fundamentadas nas oficinas previstas no Plano de Ação, antecipando as solicitações de compra junto ao Fundo Municipal de Assistência Social para evitar descon continuidades no atendimento. Os equipamentos eletrônicos, tais como computadores, caixas de som e projetores visuais, devem passar por manutenções preventivas e periódicas. O uso

consciente e a preservação dos materiais devem ser trabalhados pedagogicamente com os usuários, desenvolvendo noções de responsabilidade com o patrimônio público.

Aula 11.4: Alimentação Saudável e Segurança Alimentar nos Serviços socioassistenciais

A oferta de alimentação durante as atividades do serviço de convivência é um componente essencial da proteção socioassistencial, especialmente em territórios de alta vulnerabilidade onde os usuários vivenciam insegurança alimentar e nutricional. As refeições oferecidas devem obedecer a cardápios nutricionalmente equilibrados, elaborados por profissionais de nutrição e adaptados às necessidades biológicas de cada ciclo de vida. A alimentação no serviço complementa as exigências calóricas diárias e promove a promoção da saúde dos participantes.

O momento da alimentação deve ser aproveitado como um espaço pedagógico socioeducativo para o aprendizado de hábitos alimentares saudáveis, a valorização da culinária regional, o estímulo à convivência comunitária e o aprendizado de normas de etiqueta e higiene à mesa. As equipes devem garantir condições rigorosas de manipulação sanitária e armazenamento dos alimentos, respeitando as restrições alimentares e alergias identificadas nos prontuários dos usuários. A segurança alimentar fortalece a saúde física dos participantes e reduz os impactos da extrema pobreza.

Aula 11.5: Transporte, Logística e Mobilidade Territorial

A mobilidade territorial é um fator crítico para a garantia da frequência continuada dos usuários às atividades do serviço de convivência, em virtude das longas distâncias, escassez de transporte público ou presença de barreiras impostas pela violência em determinados bairros. A gestão municipal deve prover soluções de transporte institucional seguro e acessível quando a localização da unidade for distante das moradias das famílias prioritárias. O planejamento logístico deve mitigar as dificuldades de locomoção de idosos e pessoas com deficiência.

A avaliação contínua dos índices de absenteísmo motivados por entraves logísticos permite à equipe recalibrar os itinerários das rotas de transporte ou descentralizar as atividades do serviço em espaços comunitários parceiros localizados nos bairros periféricos. A garantia do acesso físico seguro preserva o direito à convivência socioassistencial e evita que a falta de recursos econômicos para deslocamento resulte na exclusão das populações de maior vulnerabilidade. A mobilidade eficiente reflete a responsabilidade estatal na oferta contínua dos serviços públicos.

Módulo 12: Monitoramento, Avaliação de Resultados e Impacto Social

Aula 12.1: Conceitos de Monitoramento e Avaliação no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social

O monitoramento consiste no acompanhamento sistemático e contínuo da execução física, financeira e operacional do serviço socioassistencial com o objetivo de verificar se as atividades planejadas estão sendo executadas conforme as metas e cronogramas estabelecidos. A avaliação é um processo analítico periódico que julga a eficácia, eficiência, efetividade e os impactos das intervenções sociais na vida dos usuários e de suas famílias. Ambos os processos constituem instrumentos indispensáveis para a melhoria continuada da gestão pública socioassistencial.

A institucionalização das práticas de monitoramento e avaliação supera a gestão intuitiva e amadora, fundamentando a tomada de decisões em dados consolidados e evidências empíricas. Os profissionais que atuam no serviço de convivência devem incorporar a rotina de registro, mensuração e reflexão crítica sobre suas práticas diárias. A análise sistemática dos indicadores permite corrigir desvios pedagógicos, reorganizar o fluxo de atendimento e comprovar a relevância dos investimentos públicos realizados no setor perante os órgãos de controle.

Aula 12.2: Indicadores Qualitativos e Quantitativos no Serviço de Convivência

A mensuração do desempenho do serviço exige a construção e o acompanhamento de um sistema equilibrado de indicadores quantitativos e qualitativos. Os indicadores quantitativos mensuram dimensões como o número de usuários cadastrados, a taxa de frequência média diária, a taxa de evasão nos grupos e a proporção de participantes prioritários atendidos. Os indicadores qualitativos avaliam a evolução do

desenvolvimento da autonomia, a melhoria na resolução de conflitos interpessoais e a qualidade do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A coleta dos dados qualitativos demanda a utilização de instrumentos específicos, tais como entrevistas semiestruturadas, grupos focais, escalas de autopercepção da autonomia e observação comportamental sistematizada nos diários de campo. A triangulação das métricas quantitativas com as análises qualitativas permite uma visão abrangente sobre o real impacto do serviço na vida dos cidadãos. A precisão dos indicadores apoia a revisão do planejamento pedagógico e fundamenta a elaboração dos relatórios anuais da gestão socioassistencial.

Aula 12.3: Instrumentos de Monitoramento de Frequência, Evasão e Retenção

O monitoramento contínuo da frequência dos usuários é o indicador primário de adesão ao serviço, permitindo a detecção imediata de ausências injustificadas que possam sinalizar situações emergenciais de risco ou violação de direitos. O registro diário de chamadas deve ser mantido atualizado pelos orientadores sociais e consolidado mensalmente pela equipe técnica do centro de referência. A ocorrência de três ausências consecutivas sem justificativa deve disparar automaticamente o procedimento de busca ativa e visita domiciliar.

O acompanhamento da taxa de evasão nos grupos permite identificar falhas na atratividade das oficinas pedagógicas, inadequações nos horários de atendimento ou conflitos interpessoais não resolvidos nas turmas. A análise das causas do desligamento voluntário dos participantes orienta a repactuação das metodologias e a reestruturação dos espaços. A capacidade de retenção dos usuários nos grupos é uma demonstração da relevância do serviço e do fortalecimento das redes de proteção no território.

Aula 12.4: Avaliação de Impacto Social nas Famílias e no Território

A avaliação de impacto visa mensurar as transformações de longo prazo produzidas pela atuação do serviço de convivência na vida das famílias e na dinâmica comunitária do território. Essa análise busca verificar se o serviço contribuiu para a redução do trabalho infantil, a diminuição da evasão escolar, o aumento do protagonismo comunitário, o decréscimo da violência doméstica e a ampliação das redes formais e informais de apoio social. O impacto é mensurado comparando-se a situação inicial dos participantes com os resultados observados ao longo do tempo.

A condução dos estudos de impacto exige a utilização de metodologias rigorosas de acompanhamento longitudinal e o estabelecimento de recortes temporais definidos. A inclusão da percepção das lideranças comunitárias, das escolas parceiras e dos próprios familiares dos usuários enriquece a análise dos resultados territoriais. A comprovação empírica do impacto positivo do serviço de convivência consolida o valor social da

política de assistência social perante a sociedade civil e fortalece a alocação permanente de investimentos orçamentários na área.

Aula 12.5: Devolutivas Sociais e Prestação de Contas à Comunidade

A prestação de contas dos resultados alcançados pelo serviço de convivência não deve limitar-se aos relatórios burocráticos enviados aos órgãos superiores de gestão, devendo obrigatoriamente retornar à comunidade sob a forma de devolutivas sociais transparentes e acessíveis. A realização de audiências públicas, encontros comunitários e mostras culturais onde os próprios usuários apresentam suas conquistas e produtos socioeducativos representa uma forma de respeito e transparência cidadã.

A devolutiva social fortalece o controle social, amplia a confiança da população nas instituições públicas e incentiva a participação de novas famílias nas atividades ofertadas pelo serviço. A equipe deve utilizar linguagem clara, gráficos simples e apresentações dinâmicas para expor a utilização dos recursos orçamentários, os desafios enfrentados e as metas atingidas ao longo do ano. Essa prática democrática encerra o ciclo de gestão de forma ética e reafirma o compromisso do serviço socioassistencial com o desenvolvimento integral da comunidade.

Módulo 13: O Trabalho Social com as Famílias dos Usuários

Aula 13.1: A Centralidade da Família na Política Nacional de Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social adota a matricialidade sociofamiliar como um de seus princípios basilares, estabelecendo que as ações socioassistenciais devem ter a família como núcleo central de suas intervenções e não apenas o indivíduo isolado. A família é compreendida como o espaço primordial de afeto, proteção, socialização e desenvolvimento individual, devendo ser fortalecida para que possa cumprir adequadamente suas funções protetivas. O atendimento individual no serviço de convivência deve dialogar ativamente com a realidade do contexto familiar.

A atuação focada na matricialidade exige a superação de visões moralistas ou estereotipadas sobre o formato da instituição familiar, reconhecendo e respeitando as diversas arranjos monoparentais, reconstruídas, anaparentais e chefiadas por mulheres presentes nos territórios periféricos. Os profissionais devem desenvolver abordagens que fortaleçam as capacidades protetivas dos responsáveis, promovendo o exercício dos papéis parentais livres de violência física ou negligência emocional. O empoderamento da família reflete-se na estabilidade socioemocional dos usuários atendidos nos grupos.

Aula 13.2: Reuniões de Pais e Responsáveis: Espaços de Convivência e Diálogo

As reuniões periódicas direcionadas aos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes participantes do serviço constituem espaços estratégicos para a integração família-instituição, a troca de experiências e o alinhamento das ações pedagógicas. Esses encontros não devem resumir-se à comunicação de advertências ou repasse de informes burocráticos, devendo estruturar-se como rodas de conversa acolhedoras sobre os desafios do cuidado parental, desenvolvimento infantil e direitos da família.

O planejamento das reuniões de responsáveis deve adotar horários compatíveis com as jornadas de trabalho dos familiares e utilizar metodologias participativas que incentivem a escuta empática. O orientador social e a equipe do centro de referência podem abordar temas socioeducativos como limites na infância, prevenção à violência doméstica, uso de telas tecnológicas e acompanhamento escolar. A consolidação desse canal permanente de diálogo constrói uma relação de parceria legítima entre a equipe do serviço e as famílias atendidas.

Aula 13.3: Fortalecimento das Competências Protetivas das Famílias

O desenvolvimento das competências protetivas familiares refere-se à ampliação da capacidade dos responsáveis de oferecerem um ambiente seguro, afetuoso, estimulante e livre de riscos para o desenvolvimento saudável de seus membros. A atuação socioassistencial busca apoiar as famílias no superamento de estressores decorrentes da escassez de renda, do desemprego e da sobrecarga de cuidados, fornecendo

ferramentas relacionais para o enfrentamento pacífico das crises internas sem a utilização de punições corporais ou abusos psicológicos.

As estratégias para fortalecer as competências protetivas incluem o encaminhamento das famílias para cursos de qualificação profissional, programas de renda, atendimentos psicossociais e oficinas de parentalidade positiva. A equipe multidisciplinar deve atuar para restaurar a autoridade protetiva dos pais e cuidadores, auxiliando-os a estabelecerem rotinas organizadas e vínculos afetivos sólidos no domicílio. A reconstrução das capacidades internas da família previne a fragilização severa de vínculos e o acolhimento institucional de crianças e idosos.



Aula 13.4: Visitas Domiciliares: Diagnóstico, Vínculo e Intervenção

A visita domiciliar é um instrumento técnico qualitativo de intervenção socioassistencial realizado exclusivamente pela equipe multidisciplinar ou por orientadores sociais devidamente orientados, com o objetivo de conhecer in loco o contexto de vida, a dinâmica relacional e a infraestrutura habitacional dos usuários. Essa ferramenta aproxima o serviço da realidade objetiva vivenciada pela família, permitindo o diagnóstico minucioso das vulnerabilidades e potencialidades que não emergem no ambiente institucional da unidade pública.

A realização da visita domiciliar deve ser previamente planejada e agendada com a família, salvo em situações emergenciais de proteção, respeitando o direito à privacidade e à intimidade dos moradores. O profissional deve adotar uma postura ética, respeitosa e desprovida de atitudes fiscais ou punitivas durante a estada no domicílio. As observações registradas pós-visita devem alimentar o plano de acompanhamento da família, fundamentando o planejamento de intervenções socioassistenciais mais eficazes e adequadas à realidade observada.

Aula 13.5: Enfrentamento à Sobrecarga de Cuidados e Equidade de Gênero na Família

A sobrecarga do trabalho não remunerado de cuidado sobre as mulheres é uma característica estrutural das famílias de baixa renda no Brasil, manifestando-se no acúmulo das tarefas domésticas, atenção aos filhos, doentes, idosos e familiares com deficiência. O serviço de convivência deve incluir na sua pauta de trabalho social com famílias a reflexão crítica sobre a divisão equitativa das tarefas de cuidado entre todos os membros do núcleo familiar, desconstruindo a atribuição exclusiva dessas obrigações às figuras femininas.

O apoio socioassistencial deve oferecer espaços de escuta, suporte psicossocial e convivência especificamente voltados para mães e cuidadoras, visando mitigar o desgaste físico e mental decorrente da sobrecarga contínua. A ampliação do horário de atendimento dos grupos e a oferta de serviços em tempo complementar ajudam a liberar o tempo dessas mulheres para o trabalho remunerado, educação formal e lazer. A

promoção da equidade de gênero no ambiente doméstico fortalece a autonomia feminina e reorganiza os vínculos familiares sobre bases mais justas e solidárias.

Módulo 14: Financiamento, Planejamento Orçamentário e Parcerias

Aula 14.1: O Modelo de Financiamento do Sistema Único de Assistência Social

O financiamento do Sistema Único de Assistência Social assenta-se no modelo de cofinanciamento tripartido e obrigatório entre a União, os Estados e os Municípios, mediante a transferência de recursos fundo a fundo para a execução dos serviços socioassistenciais. O repasse dos recursos federais e estaduais para os Fundos Municipais de Assistência Social é condicionado ao cumprimento de requisitos de gestão, tais como a existência do conselho de assistência social, a elaboração do plano de assistência social e a prestação de contas regular dos fundos.

O conhecimento do modelo de cofinanciamento é essencial para que os gestores e técnicos compreendam a composição orçamentária do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos em seu município. A alocação adequada das verbas federais do Bloco de Proteção Social Básica exige o cumprimento rigoroso das regras normativas de aplicação dos recursos financeiros, vedada a sua utilização em finalidades diversas

do atendimento socioassistencial. A sustentabilidade financeira garante a manutenção contínua das equipes e a qualidade das ofertas à população.

Aula 14.2: Elaboração de Projetos socioassistenciais e Captação de Recursos

A captação de recursos complementares para o financiamento das ações do serviço de convivência pode ser realizada por meio da elaboração de projetos socioassistenciais submetidos a editais públicos, fundos de direitos (tais como o Fundo da Infância e do Adolescente e o Fundo do Idoso), emendas parlamentares e parcerias com o setor privado ou fundações sociais. A redação dos projetos deve explicitar a justificativa baseada no diagnóstico territorial, os objetivos socioeducativos, a metodologia detalhada, os indicadores de avaliação e a planilha orçamentária coerente.

A qualificação da equipe gestora na escrita de projetos amplia a capacidade institucional de captação de recursos extraordinários, permitindo a aquisição de equipamentos modernos, a realização de reformas estruturais e o desenvolvimento de oficinas culturais inovadoras nos territórios vulneráveis. Os projetos aprovados exigem rigoroso controle de execução e prestação de contas detalhada aos órgãos financiadores, demonstrando a correta aplicação dos recursos e o impacto social gerado pela iniciativa na vida dos participantes.

Aula 14.3: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)

A Lei Federal número 13.019 de 2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, instituiu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a execução de serviços sociais de interesse público. No âmbito do serviço de convivência, o marco regulatório estabelece os instrumentos formais de parceria — tais como o Termo de Colaboração e o Termo de Fomento —, os procedimentos de chamamento público e as exigências para prestação de contas.

A conformidade com a legislação exige que a gestão municipal e as entidades parceiras operem sob princípios rigorosos de transparência, isonomia na seleção pública, impessoalidade e controle de resultados. A parceria com organizações da sociedade civil amplia a cobertura do serviço nos bairros periféricos, mas exige do poder público a fiscalização e o acompanhamento contínuo da qualidade pedagógica das oficinas ofertadas pelas entidades conveniadas. A fiscalização regular previne desvios de finalidade e assegura a aplicação dos padrões técnicos exigidos pelo sistema socioassistencial.

Aula 14.4: Controle Social e o Papel dos Conselhos de Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social é o órgão colegiado de caráter permanente e deliberação paritária entre o governo e a sociedade civil responsável pelo controle social, fiscalização da aplicação dos recursos

orçamentários e aprovação das diretrizes da política socioassistencial no município. O conselho exerce papel fundamental na aprovação do Plano Municipal de Assistência Social e na validação da rede de oferta do serviço de convivência no território.

A equipe do serviço de convivência deve prestar informações transparentes ao conselho municipal, facilitando as visitas de fiscalização das comissões técnicas do órgão colegiado às unidades de atendimento. Os conselheiros de assistência social devem ser capacitados para avaliar o desempenho do serviço socioassistencial com base em indicadores reais de qualidade pedagógica e cobertura territorial. A atuação vigilante e autônoma do controle social consolida a gestão democrática e impede o retrocesso na garantia dos direitos socioassistenciais.

Aula 14.5: Sustentabilidade Institucional e Continuidade dos Serviços

A garantia da continuidade e da sustentabilidade institucional do serviço socioassistencial é uma condição prévia para a efetividade do fortalecimento de vínculos na comunidade, evitando descontinuidades no atendimento decorrentes de transições de gestão política municipal ou interrupções no repasse de verbas. O planejamento socioassistencial deve ter caráter plurianual, prevendo a retenção de quadros técnicos qualificados, a manutenção da infraestrutura física e a recomposição periódica das dotações orçamentárias municipais.

A volatilidade na oferta do serviço desestrutura os laços de confiança criados entre os usuários e a instituição pública, gerando desmotivação nas famílias vulneráveis e retrocesso nos ganhos de autonomia alcançados. A institucionalização das políticas de atendimento, a valorização da carreira dos profissionais da assistência social e o fortalecimento do fundo municipal são pilares estratégicos para resguardar a oferta continuada do serviço contra contingenciamentos e interferências políticas locais.

Módulo 15: Inovação Tecnológica, Comunicação e Mídia Socioeducativa

Aula 15.1: Inclusão Digital no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

A promoção da inclusão digital nas oficinas do serviço de convivência destina-se a garantir o acesso democratizado às novas tecnologias de informação e comunicação, capacitando os usuários para o uso crítico, ético e cidadão da internet e de dispositivos tecnológicos. O acesso às ferramentas digitais é um componente da cidadania contemporânea, sendo fundamental para o aprendizado, a inserção no mercado de trabalho formal e a realização de serviços públicos digitalizados.

As oficinas de informática cidadã e inclusão digital devem superar a mera instrução mecânica sobre operação de softwares, promovendo debates sobre segurança na navegação na internet, privacidade de dados

peçoais, identificação de desinformação e combate ao cyberbullying e abusos online. O ambiente virtual deve ser utilizado pedagogicamente para ampliar o repertório cultural dos participantes, conectar as turmas a museus virtuais e cursos abertos, e capacitar os idosos para a autonomia na utilização de serviços digitais e bancários.

Aula 15.2: Produção de Mídia Comunitária e Audiovisual socioeducativo

A utilização da produção de mídia comunitária, tais como podcasts, curtas-metragens audiovisuais, jornais comunitários e zines impressos, configura-se como uma potente ferramenta socioeducativa para o incentivo à livre expressão, à criatividade e à vocalização das demandas comunitárias. As oficinas de comunicação comunitária permitem que crianças, jovens e idosos contem suas próprias histórias a partir de suas visões de mundo, subvertendo as narrativas estigmatizantes veiculadas pela mídia tradicional sobre as periferias.

O processo de criação de um produto midiático coletivo envolve o planejamento de pautas, o aprendizado de técnicas de entrevista, a operação de equipamentos de gravação de áudio e vídeo e a edição final do material sob a orientação da equipe do serviço. A veiculação dessas mídias na própria comunidade e nas redes sociais da instituição amplia o impacto do serviço socioassistencial, gerando orgulho comunitário e valorizando a memória e o patrimônio cultural dos bairros periféricos.

Aula 15.3: Uso Responsável das Redes Sociais no Trabalho com Adolescentes

O trabalho socioeducativo junto ao público adolescente deve abordar de forma central as dinâmicas relacionais que ocorrem nas redes sociais virtuais, analisando os impactos do ambiente digital sobre a autoestima, a saúde mental, a privacidade e a construção das identidades individuais. As oficinas devem problematizar a busca por validação externa acelerada, a exposição excessiva da vida privada e os perigos do aliciamento por perfis falsos ou redes criminosas.

O orientador social deve mediar rodas de conversa sobre o respeito mútuo nas redes digitais, a prevenção da violência de gênero virtual como o vazamento não consentido de imagens íntimas e o combate às discursos de ódio. O uso reflexivo das tecnologias capacita os jovens a utilizarem as redes virtuais como espaços de mobilização política cidadã, organização comunitária e expressão artística autêntica, protegendo-os dos riscos inerentes ao ambiente virtual não regulado.

Aula 15.4: Ferramentas Digitais de Gestão e Comunicação Interna

A adoção de sistemas digitais de gestão e plataformas de comunicação interna pelas equipes do serviço de convivência otimiza o fluxo de informações, racionaliza os tempos administrativos e melhora a integração entre os orientadores sociais e a equipe técnica do centro de referência. O uso de agendas compartilhadas, bancos de dados digitais de atividades pedagógicas, repositórios de materiais de oficinas e aplicativos de

mensagens corporativas assegura a agilidade na organização das rotinas operacionais.

A equipe deve ser capacitada para utilizar essas ferramentas tecnológicas garantindo a segurança das informações corporativas e o respeito irrestrito à proteção dos dados pessoais dos usuários. A digitalização dos registros pedagógicos e administrativos facilita a consolidação dos dados de atendimento para a confecção de relatórios de monitoramento e prestação de contas à gestão municipal. A modernização dos processos de gestão interna reflete-se no aumento da eficiência do atendimento prestado no território.

Aula 15.5: Campanhas de Conscientização e Comunicação Pública no Território

A realização de campanhas públicas de conscientização sobre temas socioassistenciais relevantes — tais como o combate ao trabalho infantil, o enfrentamento à violência contra a mulher, a prevenção do racismo e a valorização da pessoa idosa — fortalece a visibilidade do serviço socioassistencial e mobiliza a comunidade em torno da defesa de direitos. As campanhas devem utilizar linguagens visuais e textuais acessíveis, integrando panfletagens no bairro, cartazes em comércio locais e divulgações nos canais digitais institucionais.

O envolvimento dos usuários do serviço na criação e distribuição dos materiais de divulgação das campanhas desenvolve a liderança e o senso de responsabilidade social nos participantes. A comunicação pública territorial deve clarear a função do serviço de convivência como um espaço público, gratuito e de acesso universal às populações vulneráveis, desconstruindo preconceitos sobre a política de assistência social. As campanhas fortalecem a imagem da instituição pública como ponto de apoio fundamental da comunidade.

Módulo 16: Gestão de Crises, Emergências e Situações de Calamidade

Aula 16.1: A Assistência Social em Situações de Emergência e Desastres Ambientais

A atuação da política de assistência social em situações de emergência pública, tais como inundações, deslizamentos de terra, secas extremas, epidemias ou incêndios comunitários, integra o plano municipal de gestão de riscos e desastres para garantir o acolhimento imediato, a proteção física e o provimento de necessidades básicas das populações atingidas. O serviço de convivência reorganiza suas atividades diárias para prestar apoio socioassistencial emergencial, atuando na acolhida das famílias desabrigadas e na mitigação dos impactos psicológicos do desastre.

A equipe do serviço deve estar treinada para operar nos pontos de acolhimento provisórios organizados pela defesa civil, fornecendo suporte

na triagem dos desabrigados, na distribuição de suprimentos de primeira necessidade e na organização das atividades lúdicas e socioeducativas para as crianças abrigadas. A agilidade e a organização técnica no atendimento às vítimas de calamidades evitam o agravamento dos danos sociais e restabelecem a sensação de segurança e dignidade em momentos de profunda crise comunitária.

Aula 16.2: Reorganização das Atividades do Serviço em Momentos de Crise

A eclosão de situações de emergência no território exige a reorganização flexível e tempestiva do planejamento pedagógico do serviço de convivência para responder às novas demandas emergentes da comunidade. A equipe técnica deve readequar os locais de atendimento, a quantidade de usuários por turma e o conteúdo das oficinas, priorizando abordagens focadas no apoio psicossocial, no fortalecimento da resiliência comunitária e na transmissão de orientações de segurança pública e sanitária.

Durante o período de crise, o serviço socioassistencial pode adotar estratégias descentralizadas de atendimento, tais como a distribuição de kits pedagógicos para execução em domicílio, a realização de contatos telefônicos periódicos com as famílias mais vulneráveis e o acompanhamento remoto quando a presença física estiver impedida. A flexibilidade metodológica e a capacidade de adaptação operacional garantem a continuidade da função protetiva do serviço mesmo diante de cenários de extrema adversidade no território.

Aula 16.3: Acolhimento Socioemocional e Elaboração de Lutos Coletivos

As situações de desastre, epidemias ou picos de violência urbana nos territórios vulneráveis frequentemente resultam em perdas humanas, destruição de moradias e vivência de lutos coletivos que desestruturam a saúde mental da comunidade. O serviço de convivência deve constituir-se em um espaço de escuta qualificada e suporte socioemocional onde os usuários possam expressar suas dores, medos e angústias em um ambiente acolhedor, seguro e solidário.

Os orientadores sociais e a equipe técnica devem utilizar rodas de conversa, metodologias artísticas e dinâmicas de expressão de sentimentos para auxiliar os usuários na elaboração coletiva dos lutos vividos. A facilitação de momentos de solidariedade mútua e a celebração da memória das pessoas vitimadas fortalecem a resiliência comunitária e ajudam na reconstrução dos laços sociais rompidos pelo evento traumático. A identificação de quadros severos de sofrimento psíquico exige o encaminhamento para a rede especializada de saúde mental.

Aula 16.4: Gestão da Proteção de Trabalhadores e Usuários em Territórios Violentos

A execução do serviço em territórios conflagrados pela presença de grupos armados ou enfrentamento contínuo entre facções criminosas exige a implementação de protocolos de segurança institucional para

resguardar a integridade física dos trabalhadores e dos usuários atendidos. A equipe deve desenvolver a sensibilidade de leitura dos sinais de tensão no bairro, estabelecendo redes de comunicação com moradores e lideranças para identificar antecipadamente riscos de tiroteios ou operações policiais no entorno da unidade.

A instituição gestora deve criar diretrizes operacionais claras sobre a suspensão preventiva de atividades presenciais e a evacuação segura do prédio público em situações de tiroteios ou ameaças diretas. O trabalhador socioassistencial deve ser respaldado institucionalmente para tomar decisões ágeis de proteção pessoal e coletiva sem receio de punições administrativas. O treinamento de protocolos de autoproteção e a manutenção de comunicação constante com a coordenação central minimizam a exposição da equipe ao risco de violência urbana.

Aula 16.5: Reconstrução do Tecido Social no Pós-Crise e Resiliência Comunitária

A etapa pós- crise exige do serviço de convivência a liderança técnica no processo de reconstrução do tecido social, da recuperação das rotinas comunitárias e do fortalecimento da capacidade de resiliência das famílias atingidas pela calamidade. As oficinas socioeducativas devem ser gradualmente redirecionadas para o planejamento de futuro, a reconstrução dos projetos de vida dos usuários e a reorganização dos espaços públicos do bairro. A superação dos traumas exige um esforço continuado e planejado de trabalho social.

A equipe deve atuar ativamente na mediação entre a comunidade e as instâncias governamentais responsáveis pela reconstrução da infraestrutura urbana, habitação e saúde, garantindo que as demandas da população sejam ouvidas e atendidas na fase de recuperação. O estímulo ao associativismo comunitário e à solidariedade de vizinhança na fase pós-crise acelera a reorganização das vidas e impede o enraizamento da dependência assistencial. A intervenção técnica qualificada consolida o território como um espaço de superação, cidadania e reconstrução de vínculos.

Módulo Extra

Fontes de referência sugeridas para estudos complementares

Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/1993 e suas atualizações) - Estabelece os princípios, diretrizes e a organização da assistência social no Brasil como política pública integrante da Seguridade Social.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) - Documento normativo que instituiu o modelo de gestão descentralizada do Sistema

Único de Assistência Social e a divisão das proteções sociais em básica e especial.

Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais) - Padroniza nacionalmente a oferta, os objetivos e o público-alvo de todos os serviços socioassistenciais, incluindo o SCFV.

Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS/SNAS) - Publicações oficiais do Governo Federal com diretrizes metodológicas e operacionais para a execução de oficinas por faixa etária.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990) - Legislação de referência para a proteção integral de crianças e adolescentes e para o trabalho intersetorial com o Sistema de Garantia de Direitos.

Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003) - Arcabouço jurídico de garantia de direitos, autonomia e convivência familiar e comunitária da pessoa idosa no Brasil.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018) - Rege o tratamento seguro de dados e a garantia de privacidade das informações dos usuários atendidos nos serviços públicos.

Cadernos de Estudos do MDS e IPEA sobre a Proteção Social Básica - Produção acadêmica e institucional com dados estatísticos e análises qualitativas sobre os impactos do SUAS nos territórios de vulnerabilidade.

